

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES FRENTE AOS NOVOS AVANÇOS E MUDANÇAS EDUCACIONAIS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Kaline Alexandre de Sousa Alves¹

Maria Juderlândia Galdino Alves de Lima¹

Iure Coutre Gurgel²

Faculdade Internacional Signorelli-FIS

E-mail: k-sousa1103@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do norte-UERN

E-mail: juderlandia.alves@hotmail.com

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu.

E-mail: yurecoutre@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a formação de professores numa perspectiva inclusiva frente aos novos avanços e mudanças educacionais. Em primeiro momento, abordamos o papel do professor na sala de aula regular direcionada as crianças com deficiência e, em seguida, as metas de ensino-aprendizagem diante dos novos avanços. Considerando que os espaços escolares estão a cada dia em processo de mudança, no que diz respeito à educação inclusiva, ainda, tem sido pouco vivenciado nas escolas atuais. Deste modo, o trabalho resultou-se em um estudo de campo com embasamento teórico que se encontra estruturado em capítulos que introduzem e sistematizam a temática a partir da necessidade de discutir e proporcionar um melhor conhecimento acerca da educação inclusiva tendo como centralidade os fundamentos que ampara a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Diante dessa concepção, embasaremos em teorias como: Foerste (2005), Levy (1999), Mantoan (2004), Martins (2006), Milter (2003), dentre outros, que ressaltam o direito de uma educação de qualidade ao aluno com alguma limitação. Os resultados apontam para a necessidade do educador (re) conhecer a importância da formação como meio capaz de favorecer um (re) pensar contínuo de sua prática e, assim, contribuir para a consolidação de uma educação verdadeiramente mais humana e baseada nos princípios de equidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Prática Pedagógica.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Viver em sociedade, compreender a dinâmica sócio educacional nos dias de hoje é uma tarefa complexa, já que o respeito às diferenças, a compreensão da multidiversidade e o convívio em parceria são habilidades essenciais para o exercício da cidadania, por conseguinte, da docência.



Conforme os documentos oficiais, especificamente a Lei de Diretrizes e Normas da Educação (1998, p. 32) “o direito da pessoa a educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social”.

Sob esse contexto, cabe à escola proporcionar uma organização que atenda aos educandos com necessidades educacionais especiais condições necessárias para uma educação de qualidade, com uma docência que lhes garantam seus direitos e deveres. Uma docência que a priori deve partir de uma formação adequada e/ou capacitação que lhes garantam o exercício da docência de modo responsivo e abrangente, no entanto, esse exercício de docência sofre pressões em relação ao acompanhamento adequado aos novos tempos, uma vez que lidar com a diversidade do público de aprendizes que se encaixam nesse perfil é amplo, uma amplitude que deve ser assegurada e direcionada para efetivação de direitos cidadãos.

Partindo desse pressuposto, este artigo tem como objetivo refletir sobre a formação de professores frente aos novos avanços e mudanças educacionais, compreendendo o papel do professor na sala de aula e os desafios enfrentados no dia a dia.

Com isso, o trabalho encontra-se estruturado em capítulos que introduzem e sistematizam a temática a partir da necessidade de discutir e fornecer para um melhor atendimento pressupostos teóricos acerca da educação inclusiva tendo como centralidade os fundamentos que ampara a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Diante dessa concepção, embasaremos em teorias como: Foerste (2005), Levy (1999), Mantoan (2004), Martins (2006), Milter (2003), dentre outros, que ressaltam o direito do aluno especial no ensino regular.

Para a realização da pesquisa e coleta de dados, foi realizado um estudo de campo em uma escola municipal, localizada no município de Marcelino Vieira, tendo como questão problemática: De que forma ocorre o processo de inclusão na instituição escolar? Como funciona a relação docente entre o professor da sala regular e o professor lotado na sala multifuncional? Para tanto, escolhemos como sujeitos professores pertencentes ao quadro administrativo na referida instituição de ensino, os quais, codificamos da seguinte forma: P01 e P02.

É uma pesquisa qualitativa, uma vez que responde as questões de forma particularizada, se atenta às ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A análise recebe o caráter descritivo, por exigir do investigador uma série de informação sobre o que se deseja pesquisar, sobre os fatos e os fenômenos de determinada realidade. (GIL, 2008, p. 47).



Os resultados apontam para a necessidade do educador (re) conhecer a importância da formação como meio capaz de favorecer um (re) pensar contínuo de sua prática e, assim, contribuir para a consolidação de uma educação verdadeiramente mais humana e baseada nos princípios de equidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PRÁTICA DOCENTE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Discussões teóricas sobre educação inclusiva têm tornado um processo em pleno desenvolvimento, questionamentos que se baseiam no pressuposto de que toda criança tem direito a educação de qualidade, entretanto, os sistemas educacionais, ainda, precisam mudar e/ou se adequarem para que se possam responder as necessidades de tais sujeitos aprendizes. Para Milter (2003), “trata-se de um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Para que aconteça de fato essa reforma, dando oportunidade ao exercício e direito do ensino regular e multifuncional, o sistema educacional brasileiro requer mudanças em suas propostas pedagógicas. Concordamos com Montoan (2004, p. 81) ao evidenciar:

A inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: Que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos e é dela que emana a justiça a garantir da vida compartilhada.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”. Com base no plano nacional de educação, são distinguidas questões das escolas estarem preparadas para receber esses alunos especiais e garantir sua permanência, sendo assim, precisa-se, de acessibilidade física, professores com formação adequada para o trabalho com esses alunos, com e sem eficiência podendo assim garantir a inclusão integrados mesmos no processo de aprendizagem.

São diversas as leis que defendem os direitos da criança e do adolescente portador de deficiência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, em suas



linhas avigora os dispositivos legais ao determinar que é responsabilidade dos pais ou responsáveis matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Dessa forma, em relação às salas de aula do ensino regular é necessário a existência e efetivação prática de um projeto político pedagógico na escola, em que o ensino que venha por meio deste assegurar as pessoas com deficiência; um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, seja em relação a estrutura física das instituições de ensino, seja em relação ao uso de material pedagógico adequado e, sobretudo, a garantia de um docente com formação/especialização na área.

Porém, mesmo que conste a existência de tais documentos e leis, ainda há muito o que avançar em relação ao progresso educacional, na mudança da sociedade em geral, para que possa ver os direitos das pessoas com deficiência e respeitá-los em suas múltiplas diversidades. É necessário garantir um espaço em que se efetive o direito adquirido por lei, contudo, uma vez que pouco se aplica na realidade escolar. Posto que ainda, constata-se pontos e contrapontos, isto é, aspectos positivos e negativos. O que vem gerando em ambientes escolares questionamentos. Veremos no próximo tópico algumas discussões e direcionamentos a respeito.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM AMBIENTES ESCOLARES: SERÁ QUE DE FATO OCORRE ESSA INCLUSÃO?

Em relação a esse aspecto, inicialmente, vale destacar que a educação inclusiva ainda se torna um grande desafio nos ambientes escolares no ensino regular, no qual venha atender essas pessoas com necessidades educacionais especiais, em que gera, ainda, muita apreensão entre os profissionais que atuam diariamente.

Enquanto educadores sabem que esse desafio diário reflete a realidade nas instituições de ensino e, com isso, precisam-se repensar as práticas pedagógicas para assim proporcionar um ensino a todos os alunos, com ou sem deficiência, garantindo sua inclusão nas escolas de ensino regular e, posteriormente eliminar as barreiras que as pessoas com deficiências têm para se relacionar com a sociedade em geral. Martins (2006, p. 34), nos coloca que:

Ainda existem barreiras que impedem o acesso e a permanência, com qualidade de muitos alunos com deficiência na escola. São elas físicas, por exemplo, escadas, ausência de rampas e de banheiros adaptados para deficientes físicos, pedagógicos e atitudinais. Essas últimas são as mais serias e difíceis de serem vencidas, pois não



se removem por decreto a rejeição, o medo a estigmatização os preconceitos, os mecanismos de defesa existentes frente ao aluno tido como diferente.

O conceito da inclusão reporta-se que todas as crianças necessitam estar incluídas na vida escolar e na sociedade em geral, não somente nas escolas comuns e, que não basta só integrar o aluno na sala de apoio ou na sala de ensino regular, deixando o mesmo isolado sem interagir com os colegas da sala de aula ao promover atividades diferenciadas dos alunos das classes regulares.

Faz-se necessário em linhas gerais, que a escola promova mudança de entendimento, que favoreça o avanço no processo de inclusão para que possa oferecer uma educação pautada para todos. Foerste (2005), afirma que para atuar com os educandos que apresentam deficiência ou outras necessidades especiais, o professor deve ter como base sua formação tanto inicial como continuada, esse é o grande debate frente à educação inclusiva. Com relação à formação docente frente à proposta da educação inclusiva, deve-se:

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel chave nos programas relativos as necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 38).

A formação dos educadores para atuar com os alunos com deficiência como vimos, vem sendo uma preocupação da UNESCO. Embora, não tenha constatado grandes avanços no decorrer dos últimos anos, já que a formação de professores é elemento central para elevar a qualidade da educação brasileira na perspectiva da implementação da política da educação inclusiva e, isso pouco está ocorrendo no sistema educacional brasileiro. Assim, torna-se possível compreender que é necessário à formação continuada do professor na educação inclusiva, posto que a grande maioria dos professores do ensino básico não teve a oportunidade de construir durante a sua formação, conhecimentos sobre a educação de pessoas com necessidades especiais.

Quando o mesmo se depara com aluno com algum tipo de deficiência em sala de aula regular, torna-se um grande desafio desenvolver um trabalho proporcionando novas propostas e práticas de ensino que atendam a diversidade. Assim, o professor por melhor que se apresente a sua formação, não pode parar, pois a formação continuada é necessária, diante dos avanços que vem acontecendo nas últimas décadas no sistema educacional. E, sob esse aspecto:



É claro que é necessário uma qualificação dos profissionais bem como a inserção nos currículos dos cursos de magistério e de pedagogia, de uma disciplina que aborde as diferenças em sala e aula e o atendimento educacional especializado; mas e enquanto isso não ocorre? Continuará sendo negado o direito a educação as pessoas com deficiência? (BRASIL, 1988).

Mediante os apontamentos de Brasil (1988), destacamos que o professor é a figura de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem, é nele que o aluno sente segurança; por isso todas suas atribuições envolvem muita dedicação, efetivação e responsabilidade. Neste contexto, em que se aborda a educação inclusiva no ambiente escolar e quanto à formação do professor nesse processo, identifica-se também a família como um dos principais agentes para que ocorra de fato a inclusão escolar, isto é, a parceria entre família e a escola para o sucesso da educação inclusiva.

ANÁLISE DOS EFEITOS DOS NOVOS AVANÇOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tendo em vista a intensa discussão sobre educação inclusiva a partir dos novos avanços e mudanças educacionais iniciou uma ação educativa e mais efetiva com as pessoas que apresentam deficiência, inspirou-se no princípio de integração e no reconhecimento das necessidades da escola para todos, isto é, instituições que incluem todas as pessoas, respeitando suas diferenças, promovendo aprendizagem e atendendo necessidades de cada um.

Esse evento fortaleceu a ideia de inclusão social para os menos favorecidos, os marginalizados (CHINALIA; ROSA, 2008). Contudo, o professor não está preparado para atender esses alunos especiais, esse é o dilema que continuamos enfrentando, mas, precisamente os professores mediadores da educação inclusiva, é preciso aceitar essa ideia de “escola para todos”. Mesmo sendo um grande desafio receber alunos com necessidades múltiplas é preciso que vá além, que haja compromisso e dedicação.

A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva se propõe a criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todos as crianças o acesso ao ensino regular. Visto que a realidade escolar é bem diferente, o progresso em direção a escola inclusiva ainda é limitado, sabemos que já existem escolas inclusivas, mais ainda faltam muito para estar nesse contexto, existem escolas que não estão preparadas por não disponibilizarem de espaços acessíveis, recursos e metodologia que efetivamente responde as especificidades de suas necessidades, (BRASIL, 1998).

Dessa forma, o atendimento educacional especializado é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, que deve ser visto como um complemento ou suplemento e deve estar presente para os alunos que necessitarem, visando à melhoria, oferecendo recursos, meios e equipamentos que os apoiam no acesso e participação na sala de aula comum. Dentre todos os contextos visando ao processo de educação inclusiva elencamos alguns pontos fundamentais para efetivação da educação inclusiva onde citamos.

- A sala multifuncional no atendimento especializado.
- Formação contínua para o corpo docente.
- Parceria da família e escola.

O outro ponto importante refere-se à tecnologia assistiva, um termo ainda novo. Que para Levy (1999, p. 57):

Na busca de analisar e discutir a conjunção dessas diferentes realidades. A utilização de tecnologia assistiva (TA) vem se tornando de forma crescente, importante instrumento de nossa cultura e sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo.

De acordo com Levy (1999), observa-se o grande avanço no processo de inclusão na busca de enfrentar esse desafio no que diz respeito à tecnologia assistiva (TA) utilizada para dar suporte mecânico e eletrônico computadorizado as pessoas com deficiências, física, visual, auditiva, mental ou múltiplas.

E, tem como objetivo proporcionar a pessoa com deficiência maior dependência de vida e inclusão social. Através de adaptação nos equipamentos utilizados. No caso do computador, para facilitar a realização dessa tarefa, por exemplo, adaptação de teclado, de mouse, softwares especiais etc. Onde o aluno tem novas oportunidades de interação com a família amigos e sociedade.

E com isso, percebe-se que o cenário educacional no decorrer de sua trajetória passou por grandes desafios, mas conquistas também foram alcançadas. As políticas educacionais estão apontando possíveis mudanças para tornar o currículo escolar mais próximo da realidade do aluno com necessidades educacionais especiais, bem como proporcionando aos educadores uma melhor interação com os mesmos e com o processo de ensino aprendizagem.

Dito isso, vejamos as amostras e análises dos resultados coletados em uma escola municipal, localizada no município de Marcelino Vieira RN.

Vejamos a primeira questão: *A educação inclusiva ainda e vista como um grande desafio no âmbito escolar, você concorda? Por quê?* A seguir vejamos as respectivas respostas:



P01: Sim, pois percebo que, embora o sistema educacional venha tentando se adaptar e adequar-se a essa realidade da inclusão, na maioria das vezes esse compromisso está muito bem elaborado e executado apenas no papel, uma vez que a capacitação para os educadores nesse sentido é insuficiente de modo que os professores sentem-se despreparados para lidar de forma mais eficaz com as crianças especiais dentro do processo de ensino aprendizagem propriamente dito.

P02: Os professores das salas regulares não estão preparados o suficiente para receber essa clientela. Muitas vezes desconhecemos as potencialidades das pessoas consideradas “deficientes” e por essa falta de conhecimento e que nos amedrontamos diante do fato de trabalhar com esses indivíduos. Mesmo com essa falta de conhecimento tentamos conviver, ter sensibilidade e boa vontade de entendê-las.

Os professores apresentam semelhanças nas respostas, na fala destes são alegados que o sistema educacional não está totalmente voltado a inclusão. Enfatizam a falta do compromisso com a educação inclusiva e a preparação para os educadores que por falta desse conhecimento são dificultados o trabalho do professor. Portanto, percebe-se que esses fatores influenciam para que se torne um grande desafio quando e necessário trabalhar a diversidade.

Na segunda questão: *As escolas hoje estão preparadas para receber essas crianças com necessidades especiais? Justifique.* Responderam que:

P01: Na medida do possível sim, mas não totalmente, pois não basta somente a estrutura física da escola estar adaptada para receber esses alunos e sim toda uma estrutura que possibilite o desenvolvimento dos mesmos como “ser social”, que contribua verdadeiramente com a aprendizagem desses educandos tão especiais, e isso infelizmente ainda tem deixado a desejar na pratica de ensino das escolas.

P02: Infelizmente as escolas em sua grande maioria não estão preparadas, principalmente os profissionais que iram trabalhar com crianças com necessidades especiais necessitando de capacitação e preparação, para receber essas crianças e dá o atendimento necessário e adequando á cada necessidade.

Ao analisar as respostas da segunda questão, percebe-se que as ideias seguem os mesmos pensamentos, portanto, concordo com eles quando o P01 e P02 se posicionam acerca de que as escolas hoje ainda não estão preparadas para receber essas crianças especiais; é notório a formação dos profissionais mediadores da educação inclusiva, mas também requer uma adaptação não somente na estrutura física, e sim, na escola como um todo.

A terceira questão: *Como diz Chinália e Rosa (2008), É necessário uma formação e capacitação dos professores para um melhor resultado de aprendizagem e para a inclusão dos*



alunos com necessidades especiais no ensino regular. Você concorda? Justifique. Responderam que:

P01: Com certeza, pois a inclusão dos alunos com necessidades especiais só será totalmente efetivada quando os educadores estiverem realmente capacitados para isto.

P02: Os professores são considerados transformadores no processo educativo, por isso se faz necessário um envolvimento maior de articulação entre os professores da educação especial com os do ensino regular. Outro ponto relevante para o desenvolvimento dessas crianças são os cursos de formação que lhes possibilite essa atuação específica.

Podemos perceber que as respostas dos professores são semelhantes nos dados obtidos na fala do P01 e P02 os mesmos se colocam em seus discursos que um dos fatores principais na contribuição para que haja de fato a inclusão nas salas de aula do ensino regular é a capacitação dos professores mediadores da educação inclusiva, e para esse processo ser bem sucedido é necessária uma formação adequada para este profissional.

Sobre isso, para Glat e Nogueira (2002, p. 22-23), a formação e capacitação docente segundo os autores “[...] requer ações em todas as instâncias particularmente assegurando os currículos dos cursos de formação continuada e capacitações de professores estejam voltadas para prepará-los para atender alunos com deficiências em classes regulares”.

Para uma educação de qualidade para todos, há a necessidade da formação continuada do professor no processo da educação inclusiva, em que precisa está preparado para estabelecer metas, tanto para as salas de AEE, como para as salas de ensino regulares.

Na quarta questão: *Os professores da sala de aula do ensino regular ao receber essas crianças especiais, eles estão incluindo seu processo de ensino aprendizagem? Dê sua opinião.* Foram colocadas as respectivas posições:

P01: Não totalmente, pois percebe-se que existe um equívoco quanto a questão dos conteúdos ensinados as criança especiais, porque os professores talvez por falta de uma capacitação ou não quererem ter muito “trabalho” no momento da organização das estratégias do seu plano de aula, preferem realizar com essas crianças atividades isoladas do contexto da aula, as quais chamam de “diferenciadas”, mas que na verdade sabemos que estas atividades pouco tem a contribuir com a aprendizagem desses alunos e as excluem do processo educativo ao invés de incluir.

P02: Ainda é uma questão a ser repensada. Percebemos que a inclusão na sala regular ainda não se dá como deveria, é preciso vencer essas barreiras, buscar alternativas para que a inclusão realmente seja efetivada na prática.



Ao analisar a quarta questão, que enfoca a criança com necessidades especiais no ensino regular e como se dá esse processo. O P01 articula seu posicionamento sobre a inclusão dessas crianças no ensino regular acerca de que os conteúdos trabalhados na sala de aula não estão direcionados para desenvolver o processo de aprendizagem dessas crianças, pois as atividades isoladas ao invés de incluir excluem. O P02 coloca que a inclusão está distante no ensino regular, é preciso que haja uma mudança para que realmente a escola busque estratégias para inserir todas essas crianças no ensino regular.

Com base nas análises dos questionários em que aborda a questão relacionada ao processo de inclusão no âmbito escolar e seu processo de ensino aprendizagem, percebe-se que a inclusão só será possível se houver mudanças no sistema educacional, criando alternativas, estabelecendo metas para promover a inclusão desses alunos e atendendo as suas necessidades, só assim teremos uma educação para todos, incluindo essas crianças especiais na rede de ensino regular, dentro e fora das salas de atendimento educacional especializado (AEE).

Nesse sentido, as escolas precisam estarem preparadas desde a estrutura física com acessibilidade, materiais adequados, e professores preparados para receber essas crianças; que seja ofertado curso de capacitação para os professores, que as salas de aulas ofereçam condições para inserir esses alunos; e, principalmente, revendo as salas de aulas superlotadas, que impossibilita ao professor trabalhar adequadamente.

Não basta só matricular esses alunos na escola para que ocorra a inclusão, é preciso tratar de forma igual, respeitando suas limitações, entendendo que as mesmas são capazes de realizar atividades, desde que estejam de acordo com a sua necessidade.

Vale ressaltar a importância da família nesse processo, que às vezes até mesmo não tem conhecimento, ficando assim mais difícil a inclusão dos mesmos. Mas cabe a escola levar informações para os pais, mostrar a responsabilidade com a aprendizagem desses alunos e que eles são capazes de desenvolver qualquer tipo de atividade proposta que esteja ao seu alcance.

Dito isso, é necessário elencarmos que a participação dos sujeitos nesse trabalho foi imprescindível, tornando a pesquisa qualitativa e, permitindo que as respostas fossem favoráveis no trabalho realizado acerca do processo inclusivo de crianças com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os espaços escolares estão a cada dia em processo de mudança, buscando atender as especificidades da educação inclusiva, ainda, tem sido pouco vivenciado nas escolas atuais. Assim, acreditamos que este trabalho foi de grande importância para a nossa formação e nos possibilitou reflexões essenciais de como podemos (re) pensar a consolidação da educação numa ótica inclusiva na prática.

Neste trabalho, tivemos a oportunidade de refletir teoricamente sobre questões relacionadas à educação inclusiva, o desafio da docência frente a essa nova conjuntura em que se abordam vários conceitos importantes e nos aponta caminhos para seguir em busca de uma educação que favoreça a diversidade, a construção de uma “escola para todos”.

A contribuição desse trabalho foi de imenso valor, tanto pessoal como profissional, após a realização do mesmo, refletimos com mais profundidade conceitos, visões que atendem as expectativas, no que diz respeito à diversidade, a formação e ao exercício da docência em que se verifica pontos positivos e negativos em relação a efetivação de um trabalho voltado para a inclusão.

Os resultados nos asseguram que compartilhar dessa luta, seja pessoal e/ou profissional, significa que todos temos compromisso com a construção de uma educação para todos, entendendo o papel essencial que esta deve exercer no seio de nossa sociedade e, por fim, espera-se que este trabalho sirva também de apoio e subsídio para que outras pessoas se aprofundem sobre esta temática, contribuindo com reflexões necessárias a construção de uma escola inclusiva, heterogênea e que além de acolher o aluno busca mecanismos para a garantia de sua permanência com qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: MS, 1998.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova O Plano Nacional de Educação e Dá Outras Providências.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: UNESCO, 1996.



CHINALIA, F.; ROSA, J. C. L. **Fundamentos da Educação Especial Inclusiva**. Apostila Do Curso De Especialização Em Educação Especial Da Faculdade De Educação São Luis. Ribeirão Preto: Maxicolor Gráfica, 2008.

FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

GLAT, R; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas Educacionais e a Formação de Professor Para Educação Inclusiva No Brasil**. Integração. Ano 14, N. 24, P. 22-28. 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlos, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. ed. 34, São Paulo: Armed,1999.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogicos_da_inclusao.asp>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MARTINS, L. A. R. **Inclusão escolar**: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, L.A. R. (org). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Traduzido Por Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

